

Código da Prova 2100

Data 26 de março de 2015

Duração da Prova: 90 minutos.

15 Páginas



Declaro que desisti da realização da prova

NÚMERO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



ASSINATURA (CONFORME DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO)

RUBRICA DO VIGILANTE

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

Utilize caneta ou esferográfica de tinta preta indelével.

Não é permitido o uso de corretor.

Marque com um X a sua resposta:

Para anular uma resposta:

Para revalidar uma resposta:

RESPOSTAS AOS ITENS DE ESCOLHA MÚLTIPLA

- | | |
|---|--|
| 1. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> | 16. .. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> |
| 2. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> | 17. .. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> |
| 3. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> | 18. .. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> |
| 4. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> | 19. .. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> |
| 5. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> | 20. .. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> |
| 6. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> | 21. .. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> |
| 7. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> | 22. .. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> |
| 8. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> | 23. .. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> |
| 9. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> | 24. .. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> |
| 10. .. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> | 25. .. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> |
| 11. .. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> | 26. .. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> |
| 12. .. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> | 27. .. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> |
| 13. .. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> | 28. .. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> |
| 14. .. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> | 29. .. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> |
| 15. .. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> | 30. .. (A) <input type="checkbox"/> (B) <input type="checkbox"/> (C) <input type="checkbox"/> (D) <input type="checkbox"/> |

Para tornar menos morosa a realização da prova, é-lhe fornecida uma cópia da folha de registo das respostas aos itens de escolha múltipla. No entanto, caso a utilize, terá de transcrever as respostas aí registadas para a folha de rosto do caderno da prova. Para esse efeito, dispõe de 10 minutos suplementares após a conclusão da prova (*Guia da Prova*, Capítulo IV, B-11).

Como material de escrita, só pode ser usada caneta ou esferográfica de tinta indelével preta.

As respostas são registadas na folha própria para o efeito.

Só são consideradas as respostas que apresentem de forma inequívoca a opção correta.

A prova é constituída por 30 itens de escolha múltipla.

A prova é classificada numa escala de 0 a 100 pontos.

Página em branco

Página em branco

Siglas utilizadas na Prova

AVD – Atividades da Vida Diária

CEI – Currículo Específico Individual

CIF-CJ – Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – versão Crianças e Jovens

ELI – Equipa Local de Intervenção

LGP – Língua Gestual Portuguesa

NEE – Necessidades Educativas Especiais

PEI – Programa Educativo Individual

PIIP – Plano Individual da Intervenção Precoce

PIT – Plano Individual de Transição

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UEE – Unidade de Ensino Estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo

Item 1

A Mariana frequenta o 5.º ano de escolaridade. Na sequência da avaliação especializada, a escola desencadeou todos os processos legais para a elaboração do PEI da aluna.

1. O que é necessário para se proceder à implementação do PEI da Mariana?

- (A) A aprovação pelo conselho pedagógico.
- (B) A aprovação pelo conselho pedagógico, a homologação pelo diretor do agrupamento e a autorização expressa do encarregado de educação.
- (C) A homologação pelo diretor do agrupamento.
- (D) A autorização expressa do encarregado de educação.

Item 2

O Néelson é um aluno com NEE, tem 10 anos e transitou para o 2.º Ciclo. A diretora de turma convocou os pais do Néelson para uma reunião, na qual lhes apresentou um documento, o PEI, pedindo-lhes que o assinassem. Os pais do Néelson são guineenses e não perceberam o que estava escrito no documento.

2. Considera que a ação da diretora de turma foi correta?

- (A) Sim. A ação da diretora de turma foi correta, pois respeitou o estipulado na legislação em vigor.
- (B) Não. A diretora de turma devia ter enviado o documento para o domicílio, para ser lido antecipadamente pelos pais.
- (C) Não. O PEI devia ter sido elaborado com os pais.
- (D) Não. A diretora de turma devia ter solicitado ao docente de educação especial que se reunisse com os pais.

Item 3

A Beatriz apresenta hiperatividade com déficit de atenção. Para que não seja penalizada por esse motivo, podem ser definidas adequações a introduzir no processo de avaliação, ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 3/2008.

3. Das adequações a seguir indicadas, selecione a mais adequada para dar resposta às necessidades da Beatriz.
- (A) Realizar testes com um nível de complexidade inferior ao dos testes dos colegas.
 - (B) Não considerar os erros ortográficos para efeitos de avaliação.
 - (C) Utilizar um candeeiro de secretária, de luz fria.
 - (D) Poder realizar os testes em sala à parte.

Item 4

A Jaqueline frequenta o 6.º ano de escolaridade, com um CEI. Os pais estão apreensivos com a transição de ciclo, porque exige a realização de uma prova final.

4. A diretora de turma esclareceu-os sobre este assunto, referindo que
- (A) a prova final é adaptada às dificuldades da Jaqueline.
 - (B) os alunos que frequentam a escolaridade com um CEI não transitam de ano.
 - (C) a Jaqueline pode efetuar uma prova a nível de escola.
 - (D) os alunos que frequentam a escolaridade com um CEI estão dispensados da realização de provas finais de ciclo.

Item 5

A Teresa é mãe de uma aluna que frequenta o 2.º ano de escolaridade e a quem foi diagnosticada dislexia. Pretendendo saber quais são os direitos que a legislação em vigor confere à sua filha, solicitou uma reunião com a professora da turma.

5. Que informação deve ser dada à mãe pela professora?
- (A) Os alunos com dislexia não são abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 3/2008.
 - (B) O diagnóstico de dislexia não implica obrigatoriamente apoios de educação especial, dependendo a tomada de decisão dos resultados da avaliação especializada.
 - (C) A aluna encontra-se ainda no 2.º ano de escolaridade, pelo que tem muito tempo para aprender a ler corretamente.
 - (D) A dislexia é uma condição permanente, pelo que a mãe não deverá ter grandes expectativas quanto ao sucesso escolar da filha.

Item 6

O Joaquim é professor de educação especial e está a preparar uma apresentação para os seus colegas sobre o CEI.

6. Qual dos seguintes aspetos deverá o professor Joaquim contemplar na sua apresentação?
- (A) Um CEI tem sempre um cariz funcional.
 - (B) A elaboração de um CEI exige que sejam retiradas todas as disciplinas do currículo comum.
 - (C) Um CEI exige que os alunos tenham apoio na unidade especializada.
 - (D) Um CEI deve ser elaborado sempre que um aluno apresente limitações no domínio cognitivo.

Item 7

A mãe da Susana, uma aluna que frequenta o 3.º ano de escolaridade, numa das consultas de rotina comentou com a médica de família que a Susana tem revelado muitas dificuldades na aprendizagem e se encontra muito desmotivada, recusando-se, frequentemente, a ir às aulas. A médica aconselhou a mãe da Susana a dirigir-se à escola e a solicitar apoios especializados para a filha.

7. Como deve ser desencadeado o processo?
- (A) Mediante a apresentação de uma declaração da médica de família.
 - (B) Mediante a elaboração do relatório técnico-pedagógico.
 - (C) Mediante a elaboração de um PEI.
 - (D) Mediante a formalização da referenciação, junto da direção da escola.

Item 8

Numa das reuniões destinadas à elaboração do PIT do Artur, o aluno expressou o desejo e a expectativa de vir a ser relojoeiro, como o seu pai, revelando não ter consciência das suas limitações ao nível da motricidade fina.

8. Como lhe parece dever ser abordada esta questão?
- (A) A equipa deverá proporcionar experiências compatíveis com as capacidades do Artur, em contextos reais de trabalho, relacionadas com a relojoaria.
 - (B) A equipa deverá proporcionar ao Artur atividades de treino da motricidade fina.
 - (C) A equipa deverá ignorar os interesses do aluno e direcioná-lo para a primeira empresa que se disponibilize a recebê-lo.
 - (D) A equipa deverá adiar a elaboração do PIT até o aluno mudar de opinião.

Item 9

A Maria é uma criança com surdez profunda, que vai ingressar no 1.º ano de escolaridade. Como os pais pretendem que a Maria venha a ser fluente em LGP, foram aconselhados a matricular a filha numa escola de referência para a educação bilingue de alunos surdos.

9. Na sua opinião, estes pais foram corretamente aconselhados?

- (A) Sim, porque, de acordo com o Decreto-Lei n.º 3/2008, só as escolas de referência possibilitam que o acesso ao currículo seja feito através da LGP.
- (B) Sim. Porém, não se trata de um conselho, mas de uma obrigatoriedade. De acordo com o Decreto-Lei n.º 3/2008, todos os alunos surdos são obrigados a frequentar escolas de referência.
- (C) Não, porque essa decisão é da responsabilidade dos professores e não dos pais.
- (D) Não, porque a LGP não é reconhecida na Constituição da República Portuguesa.

Item 10

A Paula é uma criança com paralisia cerebral, que foi referenciada pela mãe no agrupamento de escolas da sua área de residência.

10. Qual é o prazo máximo, estabelecido no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, para a elaboração do PEI?

- (A) 60 dias após a referenciação.
- (B) 60 dias após a avaliação especializada.
- (C) 30 dias após a referenciação.
- (D) 45 dias após a avaliação especializada.

Item 11

O Miguel, com um diagnóstico de perturbações do espectro do autismo, apresenta um desempenho escolar médio, semelhante ao dos seus colegas. Em termos comportamentais, revela elevados níveis de ansiedade, baixa autonomia e dificuldades na comunicação e na interação com os outros. A equipa responsável pela elaboração do PEI considerou que o aluno teria vantagens em realizar algumas atividades na UEE, durante parte do seu tempo letivo.

11. A equipa tomou a decisão mais adequada? Porquê?

- (A) Sim, porque o Miguel apresenta perturbações do espectro do autismo.
- (B) Não, porque o Miguel apresenta um desempenho escolar semelhante ao dos seus colegas.
- (C) Sim, porque o modelo subjacente à criação das UEE pretende promover, em ambientes securizantes, a autonomia, a comunicação e o desenvolvimento das relações interpessoais dos alunos com perturbações do espectro do autismo.
- (D) Sim, porque todos os alunos com perturbações do espectro do autismo têm obrigatoriamente de frequentar as UEE.

Item 12

Com base nos resultados da avaliação, ficou estabelecido que o Edgar necessita de um PEI. Uma das medidas propostas foi «Apoio pedagógico personalizado», para reforço das competências envolvidas nas aprendizagens académicas.

12. Dado que o Edgar frequenta o 2.º ano de escolaridade, e com base no definido no Decreto-Lei n.º 3/2008, quem deve prestar este apoio?

- (A) O professor de educação especial.
- (B) O professor titular de turma.
- (C) Um terapeuta.
- (D) Um psicólogo.

Item 13

O David tem 12 anos de idade e tem paralisia cerebral, com consequências a nível motor, apresentando, no entanto, um elevado nível de desempenho académico. O professor de educação visual considera que as limitações motoras do David o impedem de efetuar algumas atividades nesta disciplina, mesmo com a utilização de computador com periféricos adaptados. Na reunião de conselho de turma, a professora de educação especial apresentou propostas para a revisão do PEI do aluno.

13. Qual das propostas seguintes é a mais adequada?

- (A) O David precisa de um CEI, porque vai ter muitas dificuldades no futuro.
- (B) O David não irá frequentar a disciplina de educação visual.
- (C) O David tem um bom desempenho académico, pelo que deve continuar a seguir o currículo comum, recorrendo às tecnologias de apoio.
- (D) O David tem um bom desempenho académico, pelo que deve continuar a seguir o currículo comum, ficando dispensado das atividades que não consiga realizar, mesmo com recurso a tecnologias de apoio.

Item 14

O João, que frequenta o 7.º ano de escolaridade, foi considerado elegível para apoios da educação especial, em resultado da avaliação especializada definida no Decreto-Lei n.º 3/2008.

14. A elaboração do seu PEI deve ser efetuada, obrigatoriamente,

- (A) pelo professor de educação especial.
- (B) por uma equipa constituída pelo professor de educação especial e pelo diretor de turma.
- (C) por uma equipa constituída pelo professor de educação especial, pelo diretor de turma, pelo encarregado de educação e, sempre que necessário, por outros profissionais.
- (D) por uma equipa constituída pelo professor de educação especial e pelo encarregado de educação.

Item 15

A Solange frequentou o 1.º ciclo do ensino básico no Brasil e veio para Portugal com 13 anos de idade. Perante as dificuldades reveladas pela aluna (cuidar da higiene pessoal, orientar-se no espaço escolar e utilizar o refeitório autonomamente), a diretora de turma procedeu à sua referência e solicitou autorização à mãe para iniciar o processo de avaliação. Tanto os resultados da avaliação, que evidenciavam dificuldades acentuadas ao nível da autonomia pessoal, das competências sociais e das relações interpessoais, como uma informação clínica, que apontava para um défice cognitivo grave, permitiram concluir que a Solange necessita de medidas de educação especial.

15. Identifique a(s) medida(s) educativa(s) mais adequada(s) para responder à situação apresentada.

- (A) «Adequações curriculares individuais».
- (B) «Apoio pedagógico personalizado» e «Adequações no processo de avaliação».
- (C) «Currículo específico individual».
- (D) «Adequações curriculares individuais» e «Currículo específico individual».

Item 16

A encarregada de educação do Manuel, preocupada com os resultados obtidos pelo seu filho no final do 1.º período, comunicou à diretora de turma que pretendia que o PEI fosse revisto. A diretora de turma informou a mãe de que a revisão do PEI só poderia ser efetuada no final de cada ano letivo, mediante a decisão da equipa e não dos encarregados de educação.

16. Concorda com a informação transmitida pela diretora de turma?

- (A) Sim, porque o PEI deve ser revisto, no final de cada ano letivo, apenas pelos professores.
- (B) Não, porque o PEI pode ser revisto, em qualquer momento, por todos os intervenientes na sua implementação, incluindo os encarregados de educação.
- (C) Não, porque o PEI pode ser revisto, em qualquer momento, pela diretora de turma.
- (D) Não, porque o PEI só deve ser revisto, no final de cada ano letivo, por todos os intervenientes na sua implementação, incluindo os encarregados de educação.

Item 17

O Francisco tem 11 anos de idade e frequenta o 5.º ano de escolaridade, com um CEI. No final do ano letivo, a equipa responsável pela avaliação do CEI elaborou o relatório circunstanciado. No relatório, foi proposto que, no ano letivo seguinte, fosse implementado um PIT.

17. Concorda com a decisão tomada pela equipa?

- (A) Não, porque o PIT deve ser implementado no final da escolaridade obrigatória.
- (B) Não, porque o PIT deve ser implementado três anos antes da idade limite da escolaridade obrigatória.
- (C) Sim, porque o PIT deve ser implementado no 6.º ano de escolaridade.
- (D) Não, porque o PIT deve ser implementado no 7.º ano de escolaridade.

Item 18

Em resultado da avaliação especializada, concluiu-se que o Carlos é elegível para apoios da educação especial, devendo ser elaborado um PEI que contemple as medidas «Apoio pedagógico personalizado» e «Adequações no processo de avaliação». Os pais do Carlos contactaram a professora de educação especial, manifestando o seu receio de que a frequência da escolaridade com medidas de educação especial venha a impedir a obtenção de um certificado de conclusão da escolaridade.

18. Se fosse professor de educação especial nesta escola, que informação daria aos pais do Carlos?

- (A) Apenas a medida «Currículo específico individual» impede a obtenção do certificado de conclusão da escolaridade.
- (B) Apenas as medidas «Adequações curriculares individuais» e «Currículo específico individual» impedem a obtenção do certificado de conclusão da escolaridade.
- (C) Qualquer uma das medidas previstas no Decreto-Lei n.º 3/2008 impede a obtenção do certificado de conclusão da escolaridade.
- (D) Nenhuma das medidas previstas no Decreto-Lei n.º 3/2008 impede a obtenção do certificado de conclusão da escolaridade.

Item 19

Ajudar os pais na realização de tarefas domésticas simples constitui um dos objetivos definidos para a Catarina, de 13 anos, no âmbito do seu CEI.

19. Que estratégia considera mais apropriada, para que a Catarina possa desenvolver competências neste domínio?

- (A) Trabalhar na sala de aula com o docente de educação especial, usando cartões com imagens ou fotografias que retratem diferentes tarefas domésticas.
- (B) Treinar as competências necessárias na escola, numa sala de AVD criada especificamente para esse efeito.
- (C) Treinar as competências necessárias em casa, enquadradas nas rotinas diárias, com supervisão dos pais, orientados pelo docente de educação especial.
- (D) Trabalhar as competências necessárias na sala de aula, enquadradas na medida «Adequações curriculares individuais».

Item 20

O Rafael tem 3 anos e apresenta um atraso de desenvolvimento sem etiologia conhecida. Nunca esteve na creche e os pais querem que ele fique em casa. Esta família vive num bairro social. O Centro de Saúde referenciou a situação à ELI.

20. Qual das ações seguintes deve ser desencadeada pela ELI?

- (A) A ELI deve procurar, de imediato, um jardim de infância para o Rafael.
- (B) A ELI deve estabelecer um primeiro contacto com a família e combinar, de acordo com a vontade desta, o processo de intervenção.
- (C) A ELI deve reunir-se e definir um PIIP.
- (D) A ELI deve avaliar a criança.

Item 21

A Joana é professora de educação especial. Neste ano letivo, apoia um aluno com NEE, o António, sobrinho da sua colega e amiga Margarida. No decorrer de um jantar em casa da Margarida, a professora Joana partilha informações que integram o processo educativo do António.

21. Concorda com a atitude da professora?

- (A) Não. A professora está obrigada ao dever de sigilo e de garantia da confidencialidade de toda a informação constante nos processos dos alunos.
- (B) Sim. Uma vez que o António é sobrinho da Margarida.
- (C) Não. A professora só pode divulgar informações constantes nos processos dos alunos com autorização da direção da escola.
- (D) Sim. A professora pode partilhar informações constantes nos processos dos alunos com todos os professores da escola.

Item 22

A Carlota frequenta o 5.º ano de escolaridade e tem limitações cognitivas moderadas, revelando dificuldades em acompanhar todas as disciplinas do currículo do seu ano de escolaridade. No final do ano letivo, na reunião de avaliação da implementação do PEI, a diretora de turma sugeriu que, no ano letivo seguinte, a matrícula da Carlota se efetuasse por disciplinas.

22. Considera que esta medida pode ser contemplada no PEI da aluna?

- (A) Não, porque a matrícula por disciplinas não está prevista no Decreto-Lei n.º 3/2008.
- (B) Sim, desde que seja assegurada a sequencialidade do regime educativo comum.
- (C) Sim, porque todos os alunos do ensino básico podem efetuar a sua matrícula por disciplinas.
- (D) Não, porque a matrícula por disciplinas só está prevista para os alunos que frequentam o ensino secundário.

Item 23

Perante a necessidade de uma avaliação especializada da Júlia, aluna do 2.º ano de escolaridade, a direção da escola convocou uma reunião da equipa com o encarregado de educação, para proceder a essa avaliação, tendo como quadro de referência a CIF-CJ.

23. Qual destas razões fundamenta a utilização deste instrumento?
- (A) A CIF-CJ integra uma *checklist* que deve ser preenchida pelo docente de educação especial.
 - (B) A CIF-CJ é um instrumento que classifica os alunos.
 - (C) A CIF-CJ permite descrever o nível de funcionalidade e incapacidade da Júlia, identificar os fatores ambientais que facilitam ou obstaculizam a sua funcionalidade e tomar decisões quanto às medidas educativas a aplicar.
 - (D) A CIF-CJ não permite que cada técnico utilize os seus instrumentos de avaliação.

Item 24

A Rita é professora do 1.º ano de escolaridade. Neste ano, dos 25 alunos da turma, 2 apresentam NEE e enquadram-se no espectro do autismo. Esta escola tem uma UEE que apoia estes alunos.

24. Qual é o papel da professora Rita no processo educativo destes alunos?
- (A) Os alunos são apoiados na unidade, pelo que a professora da turma não interfere no processo educativo.
 - (B) Nestes casos, toda a responsabilidade é do professor de educação especial que acompanha os alunos.
 - (C) Embora estes alunos tenham apoio na unidade, a coordenação do processo educativo é da responsabilidade da professora Rita.
 - (D) A professora Rita apenas deve seguir as orientações do docente de educação especial.

Item 25

O Ricardo tem cegueira congénita e frequenta a educação pré-escolar. O Ricardo fez 6 anos em fevereiro e apresenta um desenvolvimento psicomotor muito inferior ao esperado para a sua idade. A educadora de infância, na reunião de avaliação e acompanhamento da implementação das medidas educativas estabelecidas no PEI, sugeriu que se adiasse a matrícula do Ricardo no 1.º ano de escolaridade.

25. Segundo o Decreto-Lei n.º 3/2008, esta medida poderá ser contemplada no PEI do Ricardo?
- (A) Sim, o adiamento da matrícula no 1.º ano de escolaridade, por um ano, não renovável, pode ficar contemplado no PEI.
 - (B) Não, esta medida não está contemplada nas «Adequações no processo de matrícula», previstas no Decreto-Lei n.º 3/2008.
 - (C) Sim, o adiamento da matrícula no 1.º ano de escolaridade, durante o tempo que a escola considerar adequado, pode ficar contemplado no PEI.
 - (D) Sim, o adiamento da matrícula no 1.º ano de escolaridade, por dois anos, pode ficar contemplado no PEI.

Item 26

26. Com base na análise da informação apresentada no quadro infra, extraído do relatório técnico-pedagógico resultante da avaliação especializada do Fábio, indique qual a opção correta.

Fatores Ambientais						
Qualificadores	Barreira ou facilitador	0	1	2	3	4
Capítulo 1 – Produtos e Tecnologias						
e150	Acessibilidades arquitetónicas da escola	+			X	
Capítulo 4 – Atitudes						
e410	Atitudes individuais dos pais	+			X	
e425	Atitudes individuais dos colegas de turma	•			X	
e450	Atitudes do terapeuta da fala	+		X		

- (A) A escola deverá tomar diligências para que seja construída uma rampa de acesso à porta principal do edifício.
- (B) O PEI deverá contemplar ações de modificação das atitudes do terapeuta da fala, tendo como objetivo a eliminação de barreiras à participação e à aprendizagem do aluno.
- (C) O PEI deverá contemplar ações de modificação das atitudes dos pais do Fábio, tendo como objetivo a eliminação de barreiras à participação e à aprendizagem do aluno.
- (D) O PEI deverá contemplar ações de modificação das atitudes dos colegas de turma, tendo como objetivo a eliminação de barreiras à participação e à aprendizagem do Fábio.

Item 27

A Rosa frequenta o 4.º ano de escolaridade e tem graves problemas de visão. A turma da Rosa iniciou um projeto no âmbito das TIC, tendo a professora da turma constatado que a aluna revela muitas dificuldades na utilização do *software*, devido ao reduzido tamanho dos caracteres.

27. A que serviço pode a escola recorrer para a avaliação e para a prescrição de produtos de apoio que permitam à Rosa participar neste projeto?
- (A) Serviço de Psicologia e Orientação.
- (B) Centro de Recursos para a Inclusão.
- (C) Centro de Recursos TIC para a Educação Especial.
- (D) Centro de Saúde.

Item 28

Os pais da Rute comunicaram à professora da turma e ao professor de educação especial que iriam mudar de residência, pelo que, no ano letivo seguinte, a Rute não continuaria a frequentar aquela escola. A Rute tem seguido o programa do seu ano de escolaridade, o 4.º ano, com medidas do Decreto-Lei n.º 3/2008, designadamente, «Apoio pedagógico personalizado» e «Adequações no processo de avaliação».

28. Que procedimentos têm de ser acautelados pela escola relativamente à situação apresentada?

- (A) A professora da turma deve fazer um relatório, explicitando a situação educativa da aluna.
- (B) A professora da turma deve proceder conforme o legislado para todos os alunos.
- (C) Deve ser elaborado, por todos os intervenientes no processo educativo, um relatório circunstanciado que, depois de aprovado pelo conselho pedagógico e pelos encarregados de educação, integrará o processo da aluna, juntamente com o PEI.
- (D) Deve ser elaborado, por todos os intervenientes no processo educativo, um relatório circunstanciado que, depois de aprovado pela direção da escola, integrará o processo da aluna, juntamente com o PEI.

Item 29

O Daniel transitou de ciclo e vai ingressar numa nova escola. Em consequência de uma disfunção neuromotora grave, o Daniel desloca-se em cadeira de rodas e usa uma tabela de comunicação com símbolos, por não ser capaz de comunicar através da fala. A nova escola procurou eliminar as barreiras existentes na biblioteca para que esta possa ser frequentada pelo Daniel.

29. Das seguintes alterações, indique as que devem ter sido feitas na biblioteca.

- (A) Rebaixamento do puxador da porta da biblioteca, de modo a ficar acessível a pessoas em cadeira de rodas, e colocação de estores nas janelas.
- (B) Colocação de prateleiras acessíveis a pessoas em cadeira de rodas e utilização de sinalética com símbolos pictográficos.
- (C) Organização do espaço interior da biblioteca de modo a possibilitar a circulação de cadeiras de rodas e utilização de sinalética com cores contrastantes.
- (D) Aquisição de uma mesa acessível a pessoas em cadeira de rodas e utilização de revestimento de textura diferente nos acessos à biblioteca.

Item 30

O Bernardo, que frequenta o 12.º ano de escolaridade, tem disortografia e disgrafia. No PEI do Bernardo, foram contempladas as seguintes adequações no processo de avaliação: tolerância em relação ao tempo dado para a realização das provas e reescrita das provas por um professor.

30. Na realização dos exames nacionais, podem ser aplicadas as adequações previstas no PEI do Bernardo?

- (A) Sim, desde que o diretor da escola o autorize.
- (B) Não, terá de realizar os exames nacionais nas mesmas condições que os restantes colegas de escola.
- (C) Sim, desde que o presidente do Júri Nacional de Exames o autorize.
- (D) Sim, desde que o encarregado de educação o autorize.

FIM

PROVA DE AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS E CAPACIDADES
COMPONENTE ESPECÍFICA — EDUCAÇÃO ESPECIAL 1 — CÓDIGO 910 (2100)